

## GEOGRAFIA HUMANISTA: PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO ESPACIAL

### HUMANISTIC GEOGRAPHY: PERCEPTION AND SPATIAL REPRESENTATION

### GEOGRAFÍA HUMANÍSTA: PERCEPCIÓN Y REPRESENTACIÓN ESPACIAL

*Lawrence Mayer Malanski<sup>1</sup>*

#### RESUMO

Este artigo tem por objetivo explicar a questão da representação espacial nos estudos da Geografia Humanista confluindo para o processo de mapeamento mental coletivo. Para tanto, foi realizada uma investigação bibliográfica de autores relacionados ao tema como Maurice Merleau-Ponty, Yi-Fu Tuan e Salette Kozel. A investigação indica a necessidade por parte dos estudos humanistas geográficos de materialização das representações sociais, o que pode ocorrer por meio de mapas mentais coletivos. Tais mapas são compostos por signos que, após serem interpretados, revelam valores, identidades e aspirações de grupos de pessoas que caracterizam os lugares.

**Palavras chaves:** Geografia Humanista, representação espacial, mapa mental coletivo, lugar.

#### ABSTRACT

This article aims to explain the issue of spatial representation in the study of Humanist Geography converging into the process of collective mental mapping. Therefore, we have done a literary search of the authors Maurice Merleau-Ponty, Yi-Fu Tuan and Salette Kozel related to the subject. The research indicates the need for social materialization representation on the part of humanistic geographical

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Paraná, Brasil. Professor do Parque da Ciência Newton Freire Maia, Pinhais, Paraná, Brasil. E-mail: law.malanski@gmail.com

Fecha de recepción: 8 de agosto de 2013  
Fecha de aceptación: 22 de octubre de 2013

studies, which can occur through collective mental maps. Such maps are composed of signs which, after being interpreted, reveal values, identities and aspirations in order to characterize places.

**Keywords:** Humanist geography, spatial representation, collective mental map.

## RESUMEN

Este artículo tiene por objetivo explicar la cuestión de la representación espacial en los estudios de la Geografía Humanista convergiendo en el proceso de cartografía mental colectiva. Para tanto, fue realizada una investigación bibliográfica, de autores relacionados al tema, como Maurice Merleau-Ponty, Yi-Fu Tuan y Salette Kozel. La investigación indica la necesidad por parte de los estudios humanistas geográficos de materialización de la representación personal, que puede ocurrir por medio de mapas mentales. Estos mapas son compuestos por signos que, después de interpretados, revelan valores, identidades y aspiraciones personales de modo a caracterizar lugares.

**Palabras clave:** Geografía Humanista, representación espacial, mapa mental colectivo, lugar.

## Introdução

Atualmente, os estudos da Geografia Humanista vêm ganhando destaque no ambiente acadêmico por proporcionarem à ciência geográfica a valorização da relação entre espaços, pessoas e grupos. Em momentos de globalização, uniformização cultural e massificação popular, considerar valores e aspirações locais pode ser útil para a compreensão das contradições envolvendo sociedades e na apropriação e uso do meio ambiente.

Por tratar de assuntos subjetivos como sentimentos, percepção e representação espacial, uma questão fundamental para a Geografia Humanista é o modo como abordar tais subjetividades pessoais sem incorrer em relativismos impostos pelo pesquisador. Para tanto, os mapas mentais ganham destaque como aporte metodológico adequado a tal finalidade, pois são capazes de materializar tais subjetividades. Ainda, passíveis de interpretação, os mapas mentais expõem mundos pessoais e apresentam problemas comuns, enfim, representam aspectos do lugar.

Sendo assim, este artigo tem por objetivo explicar, a partir de investigação bibliográfica, a questão da representação espacial nos estudos da Geografia Humanista. Nesta questão destaca-se o processo de mapeamento mental coletivo de lugares como um recurso importante e que valoriza o desenvolvimento dialógico das representações espaciais. Nesse contexto, utilizou-se como base os estudos de autores como do fenomenólogo existencialista Maurice Merleau-Ponty e sua obra “Fenomenologia da Percepção”, do geógrafo Yi-Fu Tuan e suas obras “Topofilia: ambiente um estudo da percepção, atitudes e valores do meio” e “Espaço e lugar: a perspectiva

da experiência”, e os trabalhos envolvendo mapas mentais dos geógrafos Salet Kozel e Jörn Seemann.

Compreender aspectos referentes à percepção e representação espacial necessita abordar temas comuns aos estudos da Geografia Humanista. Para tanto, este artigo está organizado de modo a apresentar, primeiramente, um breve relato a respeito do desenvolvimento dessa corrente do pensamento geográfico para, em seguida, abordar a questão da percepção e representação espacial. Por fim, propõe-se o desenvolvimento de mapas mentais coletivos como um recurso metodológico capaz de materializar representações de caráter subjetivo dos lugares.

### **A apreciação humanista do espaço**

A Geografia Humanista se desenvolveu a partir da década de 1960 com contribuição da antropologia, história, filosofia e psicologia apoio para o pensar geográfico. Assim, ela aproxima estudos de filósofos fenomenológicos existencialistas, como Maurice Merleau-Ponty, que propõem uma filosofia que revela o ser humano como ser-no-mundo, ou seja, o ser ativo na conformação do espaço (Merleau-Ponty, 1999). Merleau-Ponty foi o mais importante fenomenólogo francês e suas obras “A Estrutura do Comportamento” publicada em 1942 e “Fenomenologia da Percepção” de 1945, foram aplicações significativas da fenomenologia produzidas na França.

A fenomenologia está vinculada aos estudos do filósofo alemão Edmund Husserl, considerado o iniciador dessa corrente científica que tem por objetivo descrever como as coisas e os objetos se apresentam à consciência (essências eidéticas). Husserl propõe, para tanto, a realização do processo de redução fenomenológica (*epoché*) para se obter a essência do fenômeno. A redução fenomenológica remete às experiências e ao mundo originais, sem considerar as teorias que lhe foram acrescentadas pelas ciências, o que interessa à Geografia na conformação do mundo e a distinção entre ciência positivista e fenomenológica. Desse modo, a fenomenologia se opõe à filosofia mecanicista e ao *cogito* racionalista cartesiano (Holzer, 1997). Destacam-se, ainda, outros pensadores fenomenológicos, como Martin Heidegger e seus estudos sobre a estrutura do cotidiano, Max Scheler e seu trabalho a respeito de problemas do valor e da obrigação e Jean-Paul Sartre, seguidor fiel dos pensamentos de Husserl, utilizando-se de seu conceito de intencionalidade.

De acordo com Amorim (1992) destacam-se no período entre 1940 e 1970 os trabalhos com aporte fenomenológico dos seguintes geógrafos: a) John K. Wright, que propôs o termo Geosofia como sendo o estudo da imaginação geográfica; b) Willian Kirk e David Lowenthal que, pautados no behaviorismo, lançam ideias para uma Geografia Comportamental que valoriza a experiência vivida e a imaginação na atividade e no pensamento geográfico; c) Anne Buttimer valoriza, também, a experiência vivida - contudo, a partir da fenomenologia existencialista de Heidegger - a necessidade da linguagem e de um conjunto de categorias para a compreensão e comunicação do mundo vivido; d) Yi-Fu Tuan, que desde os anos de 1970 contribui com conceitos-chave para a compreensão dos espaços e da relação dos seres humanos com estes, como topofilia. Outro pesquisador importante que contribuiu de modo significativo com trabalhos geográficos foi o arquiteto Kevin Lynch, sendo sua obra principal o livro “A imagem da cidade”, de 1960, um estudo a respeito da percepção e orientação das pessoas em espaços urbanos.

No Brasil, a Geografia Humanista passou a se desenvolver em um momento de crise paradigmática da ciência geográfica durante a década de 1980. Nessa época, a Professora da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP) de Rio Claro, Livia de Oliveira, traduziu os livros “Topofilia” e “Espaço e Lugar” de Yi-Fu Tuan, dando uma importante contribuição para os estudos culturais e humanistas na Geografia brasileira. Atualmente, os estudos da Geografia Humanista no Brasil se desenvolvem, principalmente, em núcleos de pesquisadores, como o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (NEPEC) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), criado em 1993 e o Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER), criado na Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 2006, e que atualmente constitui uma rede que articula projetos e grupos de pesquisa de dezenove universidades brasileiras.

### **Percepção e representação espacial**

O breve histórico apresentado anteriormente, apresenta a preocupação dos estudos da Geografia Humanista com as relações subjetivas entre pessoas e grupos com o espaço a fim de compreender seus valores, comportamentos e aspirações. Para tanto, perpassam comumente pelo entendimento do que são pessoas e como ocorre tais relações.

Conforme Tuan (1980, p. 284), “uma pessoa é um organismo biológico, um ser social e um indivíduo único; percepção, atitude e valor refletem os três níveis do ser”. Nota-se então, que no universo fenomenológico, pessoas formam uma realidade complexa com diferentes manifestações, como o corpo, o conhecimento, a vontade, a linguagem, a sociabilidade, a cultura, o trabalho, o jogo e a religião.

Simultaneamente através dos cinco sentidos e da mente, pessoas percebem o espaço a sua volta e interagem com ele tornando-se conscientes do mesmo. A percepção se desenvolve como resposta desses sentidos aos estímulos externos e fornece à pessoa conhecimentos imediatos a respeito do que a cerca (Tuan, 1980). A apreensão sensível, imediata do espaço, refere-se ao sentido, mas para que este se tome um significado ou conceito é preciso à reincidência de uma série de experiências regulares e retroativas (Lima, 2007). Conforme Merleau-Ponty (1999) o algo percebido não é um simples amontoado de sensações e memórias. Quando se assume o fenômeno, descobre-se um todo que se projeta com um significado próprio e assim constitui o fundamento da experiência.

A partir desta reflexão, pode-se afirmar que é através da percepção que se constrói o conhecimento do espaço adjacente e organiza outro, individualizado. Ou seja, a percepção é um dos processos necessários para a estruturação do mundo para a pessoa. Contudo, privilegiar a experiência sensível em prejuízo ao pensamento seria ratificar o empirismo, pois a realização do corpo pressupõe a indissociabilidade entre capacidades sensíveis e intelectuais a consciência humana (Lima, 2007). Ainda, Pallasmaa (2011) afirma que os sentidos, mais do que mediar informações para julgamento do intelecto, disparam a imaginação e articulam o pensamento sensorial.

Por possuírem órgãos sensitivos similares, os seres humanos compartilham percepções comuns. Assim, como membros da mesma espécie, estão limitados a perceber as coisas de uma determinada maneira. Contudo, sabe-se que a forma como o espaço é percebido varia entre pessoas, culturas e condições sociais (Tuan, 1980). Tuan afirma que “A cultura e o meio ambiente determinam em grande parte quais os sentidos são privilegiados” (Tuan, 1980, p. 284). O ser humano moderno é predominantemente visual e negligencia, muitas vezes, seus demais sentidos em sua experiência espacial. Nos últimos trinta anos se vive, sobretudo nos grandes centros urbanos, uma sobrecarga de imagens e as sociedades modernas se

toraram imagéticas. Na atualidade, aproximadamente 90% das percepções humanas são adquiridas visualmente e grande parte das restantes se adquire através do tato e do ouvido (Gaspar, 2001). No entanto, reduzir a percepção espacial a um único sentido, o visual, demonstra um desperdício do potencial humano. Pallasmaa (2011, p. 24) expõe que “[...] a visão nos separa do mundo, enquanto os outros sentidos nos unem a ele”. Deste modo, o observador se desvincula de uma relação próxima com o espaço pela supressão dos outros sentidos.

A Geografia é, tradicionalmente, a ciência responsável por estudar o espaço, contudo é importante definir qual é esse espaço. Assim, ao se propor um estudo geográfico do espaço a partir do viés fenomenológico, considera-o como espaço vivido<sup>2</sup>, essencialmente antropocêntrico e que vai além de um simples amontoado de dados, pois envolve a análise da experiência centrada numa pessoa. Todavia, essa variedade espacial supõe a própria pessoa se engajando e vivenciando um fragmento do espaço por meio da interação emocional construída a partir dos sentidos (Schmid, 2005). Portanto, o espaço vivido se constrói primeiramente do contato direto da pessoa com os objetos através dos sentidos.

A exploração do espaço se inicia com o nascimento, sendo que através das experiências corporais (ação) a criança constrói sua noção espacial. A conscientização do espaço pelo próprio corpo ocorre através de esquemas corporais e a lateralização. Estes, em conjunto, reúnem as funções motoras, a percepção do espaço imediato e a consciência de seu domínio lateral (direita e esquerda). Gradativamente a pessoa toma consciência de seu corpo e então passa a projetar para os objetos e outras pessoas o que comprovou em si mesma. Através da ação em seu espaço vivido e da reflexão sobre ele a pessoa chega à abstração reflexiva ou a concepção do espaço e sua organização (Almeida & Passini, 1989).

Conforme Kozel (2007, p. 117), “o espaço não é somente percebido, sentido ou representado, mas também vivido. As imagens que as pessoas constroem estão impregnadas de recordações, significados e experiências”. De modo a complementar, Merleau-Ponty (1999) indica que não existe objeto (espaço) sem sujeito (pessoa) e toda experiência espacial se

---

2 O termo espaço vivido foi utilizado primeiramente pelo geógrafo francês Armand Frémont em sua obra *La région, espace vécu* de 1976. Refere-se à possibilidade de compreender como os indivíduos percebem e constroem a realidade a partir de suas aspirações, crenças e representações. Frémont, A. (1980). A região, espaço vivido. Coimbra, Portugal: Livraria Almedinha.

dá a partir de um referencial, uma vez que este é uma tentativa das pessoas de compreenderem os espaços que as cercam. Nota-se que o filósofo propõe um espaço como meio da existência humana, apreendido por meio da experiência perceptível. Assim, o espaço vivido demarcado pelo próprio corpo é um campo perceptivo e não possui delimitações rígidas e precisas.

A experiência em grupo do espaço pode envolver situações distintas. À sensação de falta de espaço (na acepção geométrica do termo) causa pela presença de outras pessoas Tuan (1983) denomina apinhamento. Apinhamento caracteriza-se assim pela experiência grupal do espaço, na qual se vive a experiência da outra pessoa (Holzer, 2003). De outro modo, a sensação de estar livre no espaço (ainda na acepção física do termo), de poder se movimentar nele, Tuan (1983) designa de espaciosidade.

Para Tuan (1983) espaço vivido e lugar são sinônimos, pois ambos agregam personalidade e se tornam familiar (convertendo-se em elementos da própria existência humana). Assim, para que um espaço se torne lugar deve passar pela experiência humana e um processo de apropriação e significação. Lugares são, conseqüentemente, centros de significados, possuindo muitos símbolos aparentes.

O modo como as pessoas se relacionam com os lugares varia. Pode haver laços de afeto ou de recusa, pertencimento ou não para com lugares. Avaliar como as pessoas respondem aos seus espaços necessita conhecer os tipos de atividades que ocorrem neles. À relação afetiva, estética, entre pessoas e espaços, por exemplo, Tuan (1980) denominou topofilia e a partir dela eles se tornam identitários. Para a ideia contrária, ou seja, aversão ou medo entre pessoas e espaços, o autor adotou o termo topofobia (Tuan, 1983), criado por Gaston Bachelard e divulgado em sua obra “A Poética do Espaço”. Ainda, John Douglas Porteous (1988) sugeriu o termo topocídio como a depredação e, até mesmo, a extinção de lugares causada pela supressão do significado cultural de uma paisagem por uma sociedade. Já Oswaldo Bueno Amorim Filho (1992) empregou o termo topo-reabilitação, que se refere a processos e ações de resgates, reabilitação ou restauração de lugares topofóbicos, degradados ou extintos na busca por melhorias da qualidade de vida nesses ambientes.

Se de um modo lugar é o espaço familiarizado, de outro, o espaço que inibe relações e identidades específicas pode ser denominado não-lugar. Conforme o etnólogo Marc Augé (1994), os não lugares se opõem

aos lugares por serem espaços não identitários, relacionais ou históricos. São, portanto, espaços específicos (monofuncionais) e indiferentes, onde todos são tratados com impessoalidade (Mocellim, 2009). As relações que se estabelecem nos não lugares são previstas antecipadamente, sendo a identidade partilhada pré-concebida e exigida, o que se confunde com a impessoalidade de uma não-identidade. Assim, o comportamento pessoal é padronizado por ordens criadas e materializadas em forma de palavras, sinais, imagens etc. (Augé, 1994). Por consequência, os significados atribuídos pelas pessoas aos não lugares não são apegados a eles (Mocellim, 2009). Augé (1994) define três funções típicas dos não lugares: comunicação, circulação e consumo. Tal definição se desenvolve a partir do atual estágio da globalização, que o autor denomina de *sobremodernidade*, e que se caracteriza pelo intenso movimento de pessoas, de comunicação e de consumo em escala planetária. Assim, shoppings, aeroportos, estradas e bancos podem ser exemplos de não lugares.

Dotados de informações perceptivas, sensações e imaginações espaciais, as pessoas são capazes de representar a partir de imagens mentais o espaço percebido ou imaginado. Tal conceito de imagem mental remonta aos estudos de Lynch e sua obra “*A imagem da cidade*” (1960). Para tanto, a representação conforme Merleau-Ponty (1999) se configura como uma função simbólica e objetivante dada pela consciência a partir da vivência espacial. Assim, a representação é responsável por dar significado ao algo percebido, representando fenômenos naturais e sociais, para a compreensão de acontecimentos ditos sobrenaturais e, principalmente, para perpetuar a consciência humana de mundo. Portanto, a representação não substitui o algo percebido (objeto), mas seleciona determinados detalhes dele e se faz a partir de uma concepção ou escala de valores que o emissor da representação tem do objeto representado (Kozel, 2007).

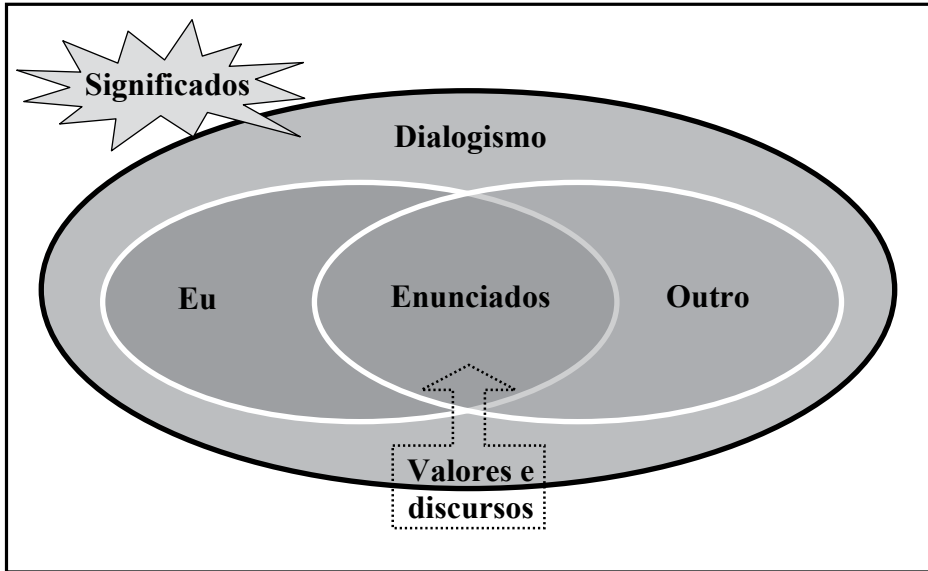
Em Geografia, conforme Kozel (2004), a representação é tida como criação individual ou social de esquemas (imagens) mentais formados a partir da vivência espacial. Portanto, a natureza da representação geográfica é subjetiva, dinâmica e contextualizada, sendo que todo sistema de representação deve envolver as dimensões espaciais e temporais do espaço. Uma imagem mental ou representação descontextualizada é apenas uma simples recordação. Ainda segundo Kozel (2004), a análise espacial é ampliada quando se resgata o vivido e as subjetividades, permitindo a



compreensão das relações existentes entre as pessoas e suas organizações espaciais. Nas pesquisas com características humanistas, contudo, a análise das diferentes representações está vinculada à “visão de mundo” do pesquisador e pode incorrer em apreciações parciais. Nota-se com isso, a necessidade do uso de metodologias próprias para a leitura e interpretação de representações de modo a não incorrer em julgamentos preconceituosos ou apaixonados.

A interposição entre o que é representado e o receptor, a quem se dirige a representação, é feita através de signos. Este é o que enuncia algo a alguém, uma unidade portadora de sentido constituída pelo significante (forma) e o significado (conteúdo). Os signos podem ser além de ícones, sons, músicas, palavras, gestos, objetos, rituais, elementos naturais entre outros que plasmam os lugares, contudo, seu caráter prescinde de uma forma de linguagem para ser comunicado. Tuan (1983), afirma que os objetos e lugares são núcleos de valores humanos e que não apenas o espaço é compartilhado, mas as pessoas também são. Assim, destaca-se que os signos resultam do consenso entre pessoas em um processo de interação. Pode-se afirmar com isso a natureza ideológica dos signos, pois tudo que é ideológico possui significado e remete a algo situado fora de si, exigindo que seja contextualizado para que ganhe significado por pessoas de um grupo socialmente organizado (Bakhtin, 2002). Deste modo, os significados dos diferentes signos são construídos socialmente a partir do dialogismo, entendido como a relação, o diálogo, entre pessoas na qual são incorporados diferentes valores e discursos através da recepção/compreensão de enunciados. Sobre isso, ver figura 1, abaixo.

**Figura 1.** Construção dialógica dos significados. A relação dialógica entre pessoas, no qual são incorporados valores e discursos sociais, ocorre através da recepção e compreensão de enunciados (signos). Os significados dos diferentes signos são construídos a partir dessa relação.



Fonte: Malanski (2013).

A soma dos comportamentos, dos objetos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados por esse grupo (ou grupos) socialmente organizado, do qual pessoas fazem parte, denomina-se cultura (Claval, 2001). Apesar de compreendida como um conjunto de técnicas e de comportamentos pessoais e coletivos, a cultura é um conjunto não fechado e mutável, pois o contato com diferentes culturas (choque cultural), as inovações e iniciativas oriundas de dentro do próprio grupo constituem fontes de enriquecimento e transformação cultural (Claval, 2001).

Para Merleau-Ponty (1999) o mundo cultural, composto por objetos e comportamentos, é conformado pelo movimento intencional da subjetividade, que impregna de significados antropológicos o mundo natural. Para a pessoa, todo objeto é primeiramente natural e constituído de cores, odores, sabores, qualidades sonoras e táteis para que possa, então, fazer parte de sua vida. Num segundo momento, esse objeto traz implícita a marca da ação humana na sua constituição, de acordo com a experiência

peçoal. De modo semelhante, para Tuan (1998), a cultura não é só conduzida pela imaginação como é um produto dela. Assim sendo, ela pode ser compreendida como a totalidade dos significados por meio da qual a pessoa escapa do seu estado animal de ser. A partir desta perspectiva, assume-se que a dimensão biológica, responsável pelas percepções, fornece subsídios para que a dimensão cultural mostre e potencialize a dimensão subjetiva humana.

### **Geografia Humanista e representação espacial**

Há muito tempo pessoas delinham impressões e percepções subjetivas referentes ao domínio do espaço, sendo os mapas tidos como as mais antigas representações do pensamento geográfico. Estes adaptam a realidade e proporcionam noções de conjunto dos elementos espaciais. Estima-se que os primeiros mapas datam de cerca de seis mil anos antes de Cristo, sendo que a evolução cartográfica conta a história e as mudanças do conhecimento humano de mundo, suas técnicas, práticas socioculturais e valores. Assim, eles sempre estiveram associados às imagens tanto para registrar e transmitir informações sobre espaços desvendados, quanto como forma de comunicação e representação do espaço físico ou do espaço vivido (Kozel, 2007).

As diferentes abordagens do espaço ao longo do tempo proporcionaram diversas práticas cartográficas, como os tradicionais mapas temáticos impressos, os mapas digitais, a cartografia mental e o mapeamento colaborativo. No entanto, os mapas tradicionais se configuram como mídias massivas destinadas a receptores que não podem emitir impressões a respeito das mensagens, representações, imagens e ideologia espalhada. São, portanto, formas dominantes de representação do espaço.

Conforme Tuan (1983), o geógrafo tende a aceitar como familiar que as pessoas estejam orientadas no espaço, ao invés de descrever e tentar compreender o que significa estar no mundo. O fato dos estudos humanistas geográficos envolverem a subjetividade do sentir e pensar das pessoas ou dos grupos com todos os seus valores, atitudes e preferências, necessita de instrumentos e estratégias para demonstrar estes pensamentos, opiniões e sentimentos sobre as realidades percebidas e os mundos imaginados. O maior desafio ao pesquisador consiste em decifrar processos cognitivos e

mentais que são de difícil captação e que muitas vezes apenas podem ser compreendidos quando se manifestam de forma concreta.

Buscando solucionar este impasse, pesquisadores retomam o mapa como uma forma de representar e tornar visíveis pensamentos, atitudes e sentimentos tanto sobre a realidade percebida quanto sobre o mundo da imaginação (Seemann, 2003). Neste contexto, a cartografia, sob o viés humanista, está enraizada na experiência cotidiana e, assim, se opõe aos mapas e convenções cartográficas oficiais. É, portanto, conforme Seemann (2010), uma cartografia subversiva, contramapeamento ou, ainda, mapa não convencional, pois se baseia em concepções pessoais do espaço e comumente funde a linguagem cartográfica com a expressão artística.

Ainda sob a hegemonia neopositivista, Kirk (em 1952), Gold e White (em 1973) desenvolvem na Geografia estudos a partir do behaviorismo buscando investigar o comportamento humano e seu deslocamento no espaço. Desses estudos emerge o termo carta mental (Kozel, 2007). No entanto, predominaram nesse período representações de fenômenos culturais concretos no espaço numa folha de papel, tornando os mapas analogias e modelos que explicavam a realidade (Seemann, 2010).

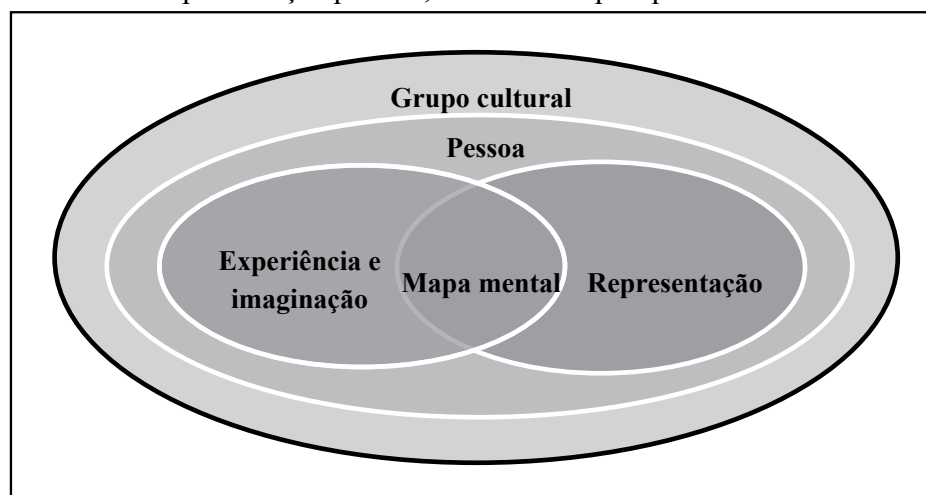
Na década de 1980, o geógrafo Peter Jackson publica o livro *Maps of Meaning*, sendo que o título se referia ao termo mapa como uso simbólico e metafórico. O livro de Jackson pode ser considerado a primeira obra de introdução à nova Geografia Cultural (Seemann, 2010). Desde então, as experiências, ideias e imagens que as pessoas têm do espaço podem ser representadas através dos mapas mentais. Com isso, a linguagem cartográfica se torna dispositivo linguístico e uma ferramenta analítica para a interpretação da realidade (Seemann, 2010). O simbolismo dos mapas mentais referencia não só uma construção cognitiva, mas também a cultura do grupo que a pessoa pertence, revelando assim um caráter sociocultural. (Kozel, 2007).

Neste contexto é importante não confundir mapas mentais com mapas conceituais. Estes, desenvolvidos a partir do conceito de aprendizagem significativa, referem-se a uma técnica desenvolvida por Joseph Novak na década de 1970 que tem por objetivo relacionar e hierarquizar conceitos. De outro modo, os mapas mentais se desenvolvem livremente, são associacionistas e não se atêm a relações entre conceitos (Moreira, 2005)

Kozel (2007) entende os mapas mentais a partir do dialogismo bakhtiniano. Para tanto, considera-os como enunciados, elaborados por grupos sociais e que representam suas “visões de mundo”. A partir desta reflexão, a pesquisadora define mapas mentais como “uma representação do mundo real visto através do olhar particular de um ser humano, passando pelo aporte cognitivo, pela visão de mundo e pela intencionalidade” (Kozel, 2007, p. 121). Assim sendo, os mapas mentais “revelam a ideia que as pessoas têm de mundo e assim vão além da percepção individual, refletindo uma construção social” (Kozel, 2007, p.117).

Observa-se abaixo (figura 2) uma síntese das abordagens envolvidas com a construção da ideia do mapa mental.

**Figura 2.** Síntese do mapa mental. Entende-se o mapa mental como uma construção simbólica originada da relação entre a experiência e a imaginação com a representação pessoal, influenciada por questões culturais.



Fonte: Malanski (2013).

Conforme Nuere (2000), os mapas mentais variam individualmente segundo um “ponto de vista” pessoal, pois são influenciados pela: idade, destreza manual, agilidade verbal, experiência acerca do espaço pelo vocabulário e agilidade verbal, pela experiência acerca do espaço e pela diferença de pensamento de quem os elabora. No entanto, quem elabora o mapa está inserido em um grupo social, com o qual compartilha experiências,

informações e desejos. Logo, algumas partes dos mapas mentais são comuns a todos, outras a um subgrupo e outras são únicas de cada pessoa. Afirma-se, portanto, que os mapas mentais são um mescla do geral e do particular, do social e do pessoal.

No processo de mapeamento mental, o mapeador necessita estabelecer um sistema de signos ordenados, ou seja, atribuir um significado ao significante. Cabe lembrar que a função de mapeador nesse processo pode não ser ocupada pelo geógrafo, mas quaisquer pessoas ou grupos e os mapas são elaborados, então, de pessoas para pessoas (Seemann, 2010). Para tanto, tomada consciência do espaço, o mapeador generaliza, classifica e seleciona as informações a serem mapeadas. Essa função simbólica torna o mapa mental uma representação gráfica de uma ideia ou objeto e o espaço vivido está, então, codificado (Almeida & Passini, 1989).

Seemann (2003) aponta que os mapas mentais não são representações espaciais sujeitas às regras cartográficas de projeção, escala ou precisão, mas representações oriundas da mente humana, que precisam ser lidas como processos e não como produtos estáticos. Assim, eles necessitam ser compreendidos além do rigor científico deixando, portanto, margem para a imaginação humana. Ainda, os “Mapas não consistem exclusivamente de pontos, linhas e polígonos, mas também contém textos, não apenas na forma de legenda e títulos, mas também como nomes de lugares e outros atributos ao espaço” (Seemann, 2010, p. 123).

No processo de mapeamento mental, cabe ao geógrafo comumente a função de ler e interpretar as representações. Ler mapas é um processo que envolve etapas metodológicas que precisam ser respeitadas para que a leitura seja eficaz (Almeida & Passini, 1989). A leitura do material cartográfico envolve o processo inverso de sua construção, pois com ela se busca a decodificação dos conteúdos de forma expressiva. Simielli (1999) considera quatro aspectos principais para a compreensão de mapas tradicionais, mas que podem ser utilizados também para a leitura de mapas mentais, sendo eles: a localização, a análise, a correlação e a sintetização dos elementos mapeados. Salette Kozel (2007) elaborou uma metodologia denominada Metodologia Kozel. De acordo com tal metodologia, os mapas mentais podem ser considerados enunciados (textos) e são passíveis de leituras e interpretações, pois são formados por signos (iconográficos).

A leitura dos mapas mentais através da metodologia Kozel se fundamenta no estabelecimento de relações entre os significantes e os significados dos signos e a reflexão a respeito de suas distribuições e organizações pelo material cartográfico. Buscam-se com isso generalizações a respeito de um determinado espaço sem perder, no entanto, informações importantes e específicas a seu respeito. Kozel estabelece quatro fases para a análise de mapas mentais: 1) Interpretação quanto à forma de representação dos elementos na imagem; 2) Interpretação quanto à distribuição dos elementos na imagem; 3) Interpretação quanto à especificidade dos ícones; e 4) Apresentação de outros aspectos ou particularidades.

Ao relacionar os aspectos indicados por Simielli (1999) às quatro fases da Metodologia proposta por Kozel (2007) assume-se, então, que um mapa mental pode ser lido e interpretado a partir das seguintes etapas:

- Forma de representação e distribuição dos elementos mapeados: forma de representação dos elementos em ícones, linhas, polígonos, letras, palavras, números etc. e distribuição desses elementos em quadros, com ou sem perspectiva, isolados, na horizontal ou vertical, na parte superior ou inferior no mapa.
- Análise dos elementos mapeados: especificidade dos elementos (representação dos elementos da paisagem natural, da paisagem construída, elementos móveis e humanos etc.) e outros aspectos ou particularidade representados no mapa.
- Correlação dos elementos mapeados: estabelece a codificação das mensagens veiculadas ao mapa a partir da análise das representações e do referencial teórico.
- Sintetização dos elementos mapeados: a partir da correlação estabelecida, sintetizam-se as informações obtidas de modo a resumir as mensagens mapeadas.

### **Mapas mentais coletivos**

Comumente, um mapa mental é elaborado individualmente, tendo o pesquisador ao final de sua pesquisa uma série de mapas a serem interpretados. No entanto, é possível produzir mapas mentais de modo coletivo a partir de processos nos quais participam grupos abertos de pessoas com o propósito de elaborar um único produto cartográfico (ver figura 3). A

fundamentação teórica referente aos mapas mentais coletivos ainda carece de bibliografia e parte dela foi desenvolvida pelo autor deste artigo em sua pesquisa de mestrado. Para tanto, foi utilizando como fundamento o referencial teórico que envolve os mapas mentais tradicionais, sendo que mesclou-se a ele aspectos interessantes dos mapas colaborativos da Internet e da cartografia social (Malanski, 2013).

**Figura 3.** Mapeamento mental coletivo. Desenvolvido em um colégio público da cidade de Curitiba - PR. Nota-se a participação de seis pessoas em um único mapa mental. Como o grupo não foi pré-definido pelo pesquisador, houve rotatividade de participantes no processo.



Fonte: Malanski (2013).

A característica de composição aberta dos mapas colaborativos da Internet permite que qualquer pessoa interessada contribua individualmente para sua composição, mesmo que não possua conhecimentos cartográficos (Ribeiro & Lima, 2011). Contudo, utilizam bases cartográficas rígidas, perdendo-se, assim concepções pessoais dos espaços e



suas subjetividades. São, portanto mapas de anexação de informações de caráter funcional.

A cartografia social, por sua vez, se caracteriza por dar poder a comunidades tradicionais em posição de risco, como povos indígenas e quilombolas. O processo de cartografia social é comunitário e, portanto, desenvolve-se de forma coletiva (Chambrers & Guijt, 1995).

O processo de cartografia social ocorre comumente a partir de reflexões orientadas pelo pesquisador com um grupo formado por representantes da comunidade a respeito da situação da mesma. Geralmente este modelo cartográfico é utilizado em conjunto com outras técnicas e recursos que tem por metas o desenvolvimento de planos de ações comunitários, como entrevistas, diagramas e travessias. Além disso, na cartografia social a base cartográfica é comumente criada pela própria comunidade a partir de referências pessoais ou coletivas, o que permite a representação de imagens mentais que podem ir além da frieza das convenções cartográficas tradicionais.

Nesse contexto, a ideia de mapeamento mental coletivo advém da conformação das características destacadas do mapeamento colaborativo virtual e da cartografia social com o mapa mental. Deste modo, define-se um mapa mental coletivo como uma variação do mapa mental tradicional, mas produzido coletivamente através da livre participação de qualquer pessoa, não ficando este processo sob responsabilidade de um grupo fechado de pessoas encaminhado pelo pesquisador (ver figura 4). O processo de mapeamento mental coletivo deve ocorrer, portanto, de modo espontâneo. Nesse processo, cabem ao pesquisador as funções de organizar e proporcionar materiais e situações adequados para que o processo ocorra, como a escolha de locais favoráveis ao desenvolvimento do processo. Ainda, para registrar a evolução do processo, o pesquisador pode obter imagens fotográficas a cada período de tempo do produto (mapa) em construção.

Como são considerados variantes dos mapas mentais tradicionais, os mapas mentais coletivos podem ser interpretados fazendo uso da metodologia apresentada anteriormente elaborada a partir dos aspectos propostos por Kozel e Simielli. Para facilitar a interpretação do produto cartográfico, pode-se dividi-lo em conjuntos de signos sobre os quais serão aplicados tal metodologia. Assim como os mapas mentais tradicionais, a análise dos mapas mentais coletivos pode expor subjetividades atribuídas por pessoas e grupos aos lugares, como: relações topofílicas, topofóbicas, sensações de

apinhamento ou espaciosidade, ou ainda, a falta de identificação com os espaços características dos não lugares (ver figura 4) entre outras. Enfim, os mapas mentais coletivos materializam sentimentos referentes à experiência espacial de pessoas ou grupos organizados mas não convergem totalmente com a realidade, sendo um modo de aprender e representar o espaço.

As informações obtidas através da interpretação dos mapas mentais coletivos podem ser úteis para pesquisas de educação ambiental, planejamento urbano, arquitetura e para todas as outras que buscam conhecer os lugares a afim de torná-los melhores e mais agradáveis para as pessoas que os vivem.

**Figura 4.** Exemplo de mapa mental coletivo. Notam-se diferentes formas e conjuntos de signos. No caso, o mapa é o resultado de um processo desenvolvido em um colégio público da cidade de Curitiba e sua interpretação revelou informações preocupantes quanto à qualidade do espaço escolar, como sentimentos de topofobia e características de não lugar. Neste sentido, destaca-se a onomatopéia “BUM!!!” e a frase “Que tal começar de novo! (tudo!!!)” que se referem à explosão do colégio e sua reconstrução como uma forma de corrigir os diversos problemas representados no mapa



Fonte: Malanski (2013).

### **Para concluir**

Os estudos da Geografia Humanista vêm se desenvolvendo atualmente e oferecem alternativas que valorizam experiências pessoais do espaço. Por envolverem as subjetividades do ser, uma questão fundamental para os geógrafos humanistas é o modo como abordar tais subjetividades de modo científico.

Para tanto, é necessária a compreensão de abordagens humanistas quanto ao espaço, percepção e representação espacial, sobretudo. Assim, considera-se o espaço como espaço vivido, ou seja, essencialmente antropocêntrico, construído por meio da interação emocional a partir dos sentidos. Esse espaço humanizado, por agregar personalidade, torna-se lugar.

A forma como o espaço vivido é percebido varia entre pessoas e grupos culturais, mas por possuírem órgãos similares, sensações e imaginações, as pessoas são capazes de representar esse espaço. Desse modo, a representação é uma imagem mental que dá significado ao espaço vivido. A intermediação entre o que é representado e o receptor ocorre por meio de signos, que têm origem dialógica e, portanto, em um contexto cultural.

Nesse contexto, experiências, ideias e imagens pessoais ou coletivas do espaço podem se revelar através de mapas mentais. Estes tornam visíveis e passíveis de interpretação pensamentos, atitudes e sentimentos tanto sobre a realidade percebida quanto sobre mundos imaginados. Assim, a cartografia sob viés humanista está enraizada na experiência espacial e seu simbolismo referencia não só uma construção cognitiva pessoal, mas também cultural, revelando aspectos socioculturais. Desse modo, os mapas mentais emergem como significativo aporte metodológico aos propósitos da Geografia Humanista.

Comumente, o processo de mapeamento mental se desenvolve de modo individual, contudo, pode ocorrer também em grupos abertos de pessoas que podem elaborar um único mapa. Essa forma coletiva busca valorizar a interação entre pessoas e a representação de imagens comuns alusivas ao espaço vivido. No entanto, ainda é necessário aprofundar os estudos referentes a essa forma coletiva de mapeamento.

Nos processos de mapeamento mental tradicional e coletivo, o mapeador estabelece um sistema de signos passível de interpretação pelo pesquisador através de metodologias como as propostas por Simielli e Kozel, que busca generalizações a respeito de um determinado espaço sem relevar informações importantes e específicas a seu respeito.

### Referências bibliográficas

- Almeida, R. D. de., & Passini, E. Y. (1989). O espaço geográfico: ensino e representação. São Paulo, Brasil: Contexto.
- Amorim, O. B., Filho. (1992). Os estudos de percepção como a última fronteira da gestão ambiental. *Anais do Simpósio ambiental e qualidade de vida na Região Metropolitana de Belo Horizonte e Minas Gerais*, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Augé, M. (1994). Não Lugares: introdução a uma antropologia da super-modernidade. Campinas, Brasil: Papirus.
- Bakhtin, M. (Volochínov, V.) (2002). Marxismo e filosofia da linguagem. São Paulo, Brasil: Hucitec.
- Chambrers, R., & Guijt, I. (1995). DRP: depois de cinco anos, como estamos agora? *Revista Bosques, Árvores e Comunidades Rurais*, 26, 4-15. Recuperado de: [http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/metodologiasparticipativas/contents/file-storage/download/index?version\\_id=890688](http://comunidades.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/metodologiasparticipativas/contents/file-storage/download/index?version_id=890688)
- Claval, P. (2001). *A geografia cultural*. Florianópolis, Brasil: Ed. da UFSC.
- Gaspar, J. (2001). O retorno da paisagem à geografia: apontamentos místicos. *Finisterra* 72, 83-99. Recuperado de: [http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72\\_08.pdf](http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_08.pdf)
- Holzer, W. (1997). Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem, lugar, território e meio ambiente. *Revista Território*, 3, 77-85. Recuperado de: [http://arquivo.rosana.unesp.br/docentes/guilhermebarros/Geografia%20Geral/Prova/03\\_6\\_holzer.pdf](http://arquivo.rosana.unesp.br/docentes/guilhermebarros/Geografia%20Geral/Prova/03_6_holzer.pdf)
- Holzer, W. (2003). O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. *Geographia*, 10, 113-123. Recuperado de: <http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/130/127>
- Kozel, S. T. (2004). As representações no geográfico. In: Kozel, S., & Mendonça, F. (Orgs.) *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea* (pp. 165-186). Curitiba, Brasil: Ed. UFPR.
- Kozel, S. T. (2007). Mapas mentais - uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. In Kozel, S., & Gil, S. F., Filho. (Orgs). *Da percepção e cognição à representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista*. São Paulo, Brasil: Terceira Margem – EDUFRO.

- Lima, E. L., de. (2007). Do corpo ao espaço: contribuições da obra de Maurice Merleau-Ponty à análise geográfica. *Geographia*, 18, 65-84.
- Lynch, K. (1960). A imagem da cidade. Lisboa, Portugal: Edições 70.
- Malanski, L. M. (2013). Representação do espaço escolar a partir de mapeamento coletivo: uma abordagem da geografia humanista. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências da Terra, Programa de Pós-Graduação em Geografia. (pp. 118). Recuperado de: <http://hdl.handle.net/1884/30505>
- Merleau-Ponty, M. (1999). *Fenomenologia da percepção*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.
- Mocellim, A. (2009). Lugares, não-lugares, lugares virtuais. *Em tese* 6 (3), 77-101. Recuperado de: <http://www.journal.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewArticle/14453>
- Moreira, M. A. (2005). Mapas conceituais e aprendizagem significativa. *Revista Chilena de Educação Científica*, 4(2): 38-44.
- Nuere, S. (2000). ¿Qué es la cartografía mental? *Arte, Individuo y Sociedad*, 12, 229 – 239. Recuperado de: <http://revistas.ucm.es/bba/11315598/articulos/ARIS0000110229A.PDF>
- Pallasmaa, J. (2011). Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos. Porto Alegre, Brasil: Bookman.
- Porteous, D. J. (1988). Topocide: the annihilation of place. In Eyeles, J., & Smith, D. (Orgs.) *Quantitative Methods in Geography*. Cambridge, EUA: Polity Press.
- Ribeiro, J. C., & Lima, L. B. (2011). Mapas colaborativos digitais e (novas) representações sociais do território: uma relação possível. *Ciberlegenda*, 25, 38-47. Recuperado de: <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/469>
- Schmid, A. L. (2005). A idéia de conforto: reflexões sobre o ambiente construído. Curitiba, Brasil: Pacto Ambiental.
- Seemann, J. (2010). Cartografia e cultura: abordagens para a geografia cultural. In: Rosendahl, Z., & Correa, R. L. (Org.). *Temas e caminhos da geografia cultural*, 1, 115-156.
- Seemann, J. (2003). Mapas e percepção ambiental: do mental ao material e vice-versa. *OLAM: Ciência e Tecnologia*, 1(3), 200 – 223.

- Simielli, M. E. R. (1999). Cartografia no ensino fundamental e médio. In: CARLOS, A. F. (Org). *A geografia na sala de aula*. São Paulo, Brasil: Contexto, pp. 92-108.
- Tuan, Y. (1980). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo, Brasil: Difel.
- Tuan, Y. (1983). *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo, Brasil: Difel.
- Tuan, Y. (1998). *Escapism*. Baltimore, EUA: The Johns Hopkins University Press.